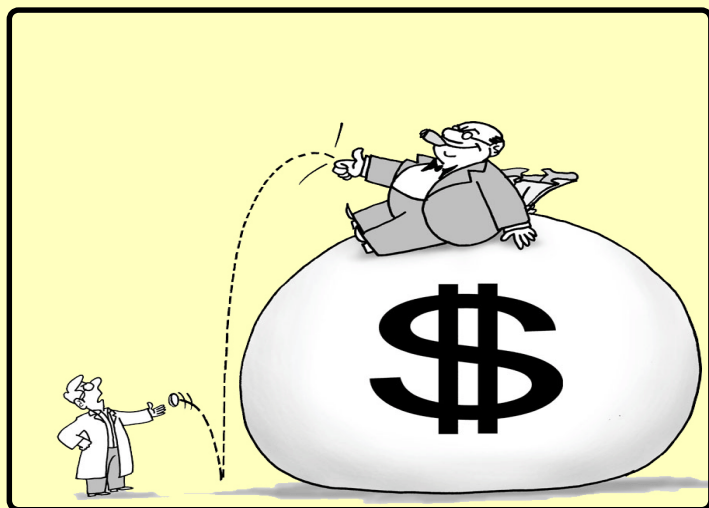


Orçamento do MCTI sofre corte de 23%

O corte de quase 23% do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), anunciado no dia 15 de fevereiro pelo governo federal, deixou a comunidade científica de cabelo em pé. SBPC, ABC e Anpei, entre outras entidades, já manifestaram

repúdio à decisão publicamente, demonstrando séria preocupação com a continuidade de projetos em áreas fundamentais para o crescimento do Brasil. Depois de anos de investimentos crescentes, a comunidade se vê novamente de pires na mão.



A presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, criticou o governo federal pelo corte de recursos em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do País, como ciência, tecnologia e inovação. Apesar de o ministério ter incorporado "inovação" ao nome no ano passado, Helena lembrou que isso não se refletiu em reforço orçamentário. "Quando se corta na cadeia de produção que envolve educação, ciência, tecnologia e finalmente a inovação, demora-se um tempo para ver efeito nocivo do que foi esse corte", analisa Helena. "Essas são áreas estratégicas para o Brasil ser um país de primeiro

mundo", complementa.

A decisão do governo de bloquear gastos de R\$ 55 bilhões no Orçamento federal de 2012 foi justificada como necessária para cumprir a meta cheia de superávit primário de R\$ 140 bilhões. Com o contingenciamento, o MCTI perderá R\$ 1,48 bilhão, aproximadamente, dos R\$ 6,7 bilhões previstos na Lei Orçamentária Anual. Este é o segundo corte consecutivo no orçamento do Ministério. Em 2011, do orçamento previsto de R\$ 7,4 bilhões, a pasta perdeu R\$ 1 bilhão e o valor caiu para R\$ 6,4 bilhões. Em 2010, o valor destinado para investimentos em ciência no Brasil foi de R\$ 7,8 bilhões. (Pág. 3)

Especialistas debatem a MP557

A Medida Provisória 557, publicada pelo Ministério da Saúde no *Diário Oficial* em dezembro de 2011, vem gerando discussão entre médicos, cientistas, sociólogos, antropólogos e estudiosos dos direitos das mulheres, entre outros interessados no

O primeiro ponto da medida questionado foi a inclusão de uma palavra que até então frequentava mais o vocabulário de religiosos e conservadores do que o de políticos: nascituro. Depois de sofrer várias críticas, após um mês da publicação da MP, o termo foi retirado do texto.

Mas o polêmico cadastro ainda prevê a chamada "bolsa-barriga", um auxílio de até 50 reais para que as gestantes possam aceder aos serviços de saúde. A eficácia do benefício é questionado por especialistas.

Outro ponto de forte questionamento é a suposta falta de

tema, que questionam o conteúdo do texto. A medida institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna e tem vários pontos delicados e controversos.

sigilo do sistema previsto na medida, além da necessidade do próprio sistema de cadastramento, uma vez que já existem outros mecanismos similares, como o SispreNatal.

A ausência de um debate aberto com a sociedade sobre o texto também levanta suspeitas

sobre a influência de grupos religiosos e conservadores.

De acordo com os entrevistados pelo *Jornal da Ciência*, a redução da mortalidade materna no País não será resolvida com uma MP, e sim com melhorias na qualidade do atendimento médico às gestantes. (Págs. 6 e 7)

Revista incentiva publicações de pré-iniciação científica

Voltada para jovens cientistas brasileiros dos ensinos fundamental e médio, tanto de escolas da rede pública como da iniciativa privada do País, a revista *InCiência* acaba de ser lançada pelo Colégio Dante Alighieri, de São Paulo.

De distribuição gratuita, periodicidade semestral e versão digital, a publicação traz entrevistas com cientistas, notas sobre eventos, colunas, além das pesquisas dos alunos. Embora os estudantes do ensino fundamental e médio já participem de feiras nacionais e internacionais, os organizadores da *InCiência* acreditam que os alunos precisam de mais espaços para divulgar seus trabalhos. Um dos objetivos da publicação é justamente incentivar os jovens a exercitar as técnicas científicas desde cedo.

E apesar de a publicação não ser direcionada a professores, espera-se que a leitura desse movimento da educação científica crie curiosidade, motivação e "coragem" para um crescente envolvimento dos docentes na orientação de projetos.

Estudantes que tenham apresentado trabalhos em feiras de Ciências podem enviar seus relatórios para o comitê editorial da *InCiência*, que fará a revisão do material e a divulgação do artigo. Confira os projetos de destaque publicados na primeira edição da revista. (Pág. 5)

Pressão para discutir terras raras

Senadores, governo e especialistas devem discutir estratégias para exploração desses elementos.

Com o objetivo de desenvolver uma política de fomento à produção e exploração das chamadas terras raras no País, o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) encaminhou, no dia 14 de fevereiro, um pedido formal em que pressiona a realização de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal.

O Brasil já foi líder nesse mercado, mas perdeu espaço pela entrada estratégica da China, hoje responsável por 97% da produção mundial. (Pág. 4)

Esquina científica em Brasília

Quem ainda acredita que Brasília não tem esquina precisa conhecer melhor a nova sede do CNPq na cidade.

A Esquina da Ciência, fruto de uma parceria do CNPq e embaixada dos Estados Unidos, representa um espaço para o intercâmbio e a cooperação. Inaugurada no ano passado, na sede do CNPq, em Brasília, a Esquina da Ciência é aberta ao público e oferece acesso a livros científicos, revistas, DVDs, bases de dados *on-line* e *softwares*. A ideia do espaço é fortalecer a cooperação entre Brasil e EUA na área de ciência e tecnologia, dando suporte de informações a estudantes, cientistas e pesquisadores. (Pág. 12)

Heróis da Floresta

O ativista brasileiro Paulo Adario, defensor do meio ambiente, está entre os cinco ganhadores do Prêmio Heróis da Floresta, entregue no dia 9 de fevereiro, pelas Nações Unidas, em Nova York. A condecoração é um reconhecimento a pessoas de todo o mundo que contribuíram de forma relevante para proteger as florestas e as comunidades que nelas vivem. A celebração marca o encerramento do Ano Internacional das Florestas. Apesar das ameaças de morte e do conflito de interesses de diversos grupos, Adario tem se dedicado à proteção da Amazônia brasileira e de suas comunidades. O ativista, que se destaca entre 90 indicações de 40 países, foi escolhido como o representante da América Latina.

Os outros quatro vencedores regionais são: Paul Nzegha Mzeka (Camarões) para a África; Shigeatsu Hatakeyama (Japão) para a Ásia; Anatoly Lebedev (Rússia) para a Europa; além de Rhiannon Tomtishen e Madison Vorva (Estados Unidos) para a América do Norte. O júri decidiu ainda fazer uma homenagem aos extrativistas tragicamente assassinados ano passado no Pará ao tentarem defender a floresta amazônica. "Apesar de ser um título embaraçoso, isso de ser herói contém uma coisa muito positiva. O fato de precisar de heróis é um reconhecimento por parte da ONU de que as florestas estão em sério risco. E funciona como um estímulo para as pessoas lutarem pelas florestas", declarou Adario, que é um dos principais nomes por trás da campanha que pede desmatamento zero no Brasil.

Desde seu lançamento em fevereiro de 2011, a observância global do Ano Internacional da Floresta tem sido dedicada para aumentar a consciência pública sobre o papel das pessoas na gestão sustentável e ações de catalisadores no desenvolvimento e conservação de todos os tipos de florestas. (ONU)

Nova composição no MEC

Das seis secretarias do Ministério, quatro têm mudança de comando.

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, anunciou no dia 7 de fevereiro os nomes dos novos secretários e do presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O secretário de Educação Superior, o matemático Luiz Cláudio Costa, assume o Inep. Para o lugar dele foi convidado o engenheiro civil Amaro Henrique Pessoa Lins, que exerceu a função de reitor da Universidade Federal de Pernambuco por dois mandatos e também foi presidente da Andifes. A Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase) será comandada por Arnóbio Marques de Almeida Júnior, mestre em educação na área de gestão e planejamento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ex-governador do Acre (2007 a 2010).

Integrante do Conselho Nacional de Educação, especialista em sociologia e política, César Callegari será o novo secretário de Educação Básica do MEC. A

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) terá como responsável o pesquisador em ciência econômica Marco Antônio de Oliveira. Em 2011, Oliveira ocupou o cargo de secretário para a inclusão social do MCTI.

Durante o anúncio, o ministro Aloizio Mercadante destacou a permanência do secretário executivo Henrique Paim. "Ele tem vivência e experiência no ministério e tem dado uma grande contribuição para a política educacional do País", afirmou.

Permanecem nos cargos o secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Luís Fernando Massonetto, a secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Cláudia Dutra, os presidentes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, José Carlos Dias de Freitas, e da Capes, Jorge Almeida Guimarães, além do atual ocupante da Secretaria Executiva Adjunta, Francisco das Chagas Fernandes. (MEC)

Varela assume CTA da Fapesp

O professor José Arana Varela é o novo diretor-presidente do Conselho Técnico-Administrativo (CTA) da Fapesp. O decreto foi publicado no dia seguinte no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* no dia 11. A vaga estava aberta em decorrência do falecimento do professor Ricardo Renzo Brentani no dia 29 de novembro de 2011. Em dezembro, o Conselho Superior da Fundação realizou a eleição da lista tríplice para a escolha do diretor-presidente do CTA, que foi composta por Varela, José de Souza Martins e Hugo Aguirre Armelin.

Varela é professor titular do Instituto de Química da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Araraquara, e diretor

da Agência Unesp de Inovação. Ele é o primeiro docente da Unesp a assumir o cargo de diretor-presidente do CTA da Fapesp.

De acordo com Varela, seu objetivo é trabalhar em conjunto com os titulares das outras duas diretorias que compõem o CTA: o diretor-científico, Carlos Henrique de Brito Cruz, e o diretor-administrativo, José Camargo Engler. "Pretendo contribuir para que a Fapesp continue sempre se mantendo nos patamares de excelência que ela já conquistou", afirmou. A diretoria da Agência Unesp de Inovação, segundo Varela, será transferida para outra pessoa, a ser escolhida pelo reitor da universidade. (Agência Fapesp)

Manual para projetos na área de inclusão

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, lança o Manual do Proponente, que traz as orientações básicas para os interessados em apresentar projetos na área. A Secretaria apoia propostas nas áreas de difusão e popularização da ciência, de fomento a tecnologias sociais e assistivas, de inclusão digital e de inovação e extensão tecnológica para o desenvolvimento social. No

manual são indicadas normas e procedimentos para o cadastramento de proponentes e para apresentação, habilitação e seleção de projetos, bem como para acompanhamento, avaliação e prestação de contas das iniciativas que venham a ser apoiadas.

A publicação, disponível em PDF no site do MCTI, informa o leitor sobre os programas e ações da secretaria e as exigências para a celebração de convênios, termos de parceria e de

cooperação e contratos de repasse. Explica também o passo a passo para se cadastrar no Sistema de Convênios do Governo Federal (Siconv), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O manual foi elaborado em acordo com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e inovação (Encti) e com os programas e ações sob responsabilidade da Secis previstas no Plano Plurianual, ambos de 2012 a 2015. (Ascom do MCTI)

JORNAL da CIÊNCIA

Publicação quinzenal da SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Conselho Editorial: Adalberto Val, Alberto P. Guimarães Filho, Ennio Candotti, Fernanda Sobral, José Roberto Ferreira, Lisbeth Cordani e Sergio Bampi.

Editora: Renata Dias
Redatores: Clarissa Vasconcellos e Viviane Monteiro
Revisão: Mirian S. Cavalcanti
Diagramação: Sergio Santos
Ilustração: Mariano

Redação e Publicidade: Av. Venceslau Brás, 71, fundos, casa 27, Botafogo, CEP 22290-140, Rio de Janeiro. Fone: (21) 2295-5284 Fone/fax: (21) 2295-6198. E-mail: <jciencia@jornaldaciencia.org.br>

ISSN 1414-655X
APOIO DO CNPq

Fique sócio da SBPC

Conheça os benefícios em se tornar sócio da SBPC no site <www.sbpnet.org.br> ou entre em contato pelo e-mail <socios@sbpcnet.org.br>.

Valores das anuidades 2011:

- R\$ 60: Graduandos, Pós Graduando, Professores de ensino médio e fundamental, sócios de Sociedades Associadas à SBPC.
- R\$ 110: Professores de ensino superior e profissionais diversos.

ASSINE NOSSAS PUBLICAÇÕES

JCE-Mail

Assine e receba diariamente. Cadastre-se gratuitamente em <www.jornaldaciencia.org.br/cadastro.jsp>.

ComCiência

Revista eletrônica de jornalismo científico da SBPC-LabJor. Site: <www.comciencia.br>.

Ciência e Cultura

Distribuição gratuita para sócios quites. Mais informações sobre venda e assinatura, entre em contato: <socios@sbpcnet.org.br> ou (11) 3355.2130.

Ciência Hoje

11 números: R\$ 90,00. Desconto para sócios quites da SBPC: R\$ 47,00. Fone: 0800-727-8999.

Ciência Hoje das Crianças

11 números: R\$ 66,00. Desconto para associados quites da SBPC: R\$ 25,00. Fone: 0800-727-8999.

MANTENHA SEU CADASTRO ATUALIZADO

Sócio da SBPC: Mantenha seus dados cadastrais atualizados. Entre em contato com a Secretaria de Sócios: <socios@sbpcnet.org.br>

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

R. Maria Antonia, 294 - 4º andar
CEP: 01222-010 - São Paulo/SP
Tel.: (11) 3355-2130

Ao se mostrar "chocada" com o novo bloqueio de investimentos para tais áreas, a presidente da SBPC, Helena Nader, observa que essa decisão segue na contramão da tendência de países desenvolvidos. "Fico muito preocupada. Quero imaginar que talvez a presidente Dilma não tenha visto quanto nocivo é o corte para a nação brasileira", complementa.

Encolhimento do orçamento - Com o novo contingenciamento, em dois anos o orçamento do MCTI encolheu de R\$ 7,8 bilhões, em 2010, para R\$ 5,2 bilhões em 2012. Apenas este ano perderá 23% dos R\$ 6,7 bilhões que estavam previsto na Lei Orçamentária Anual.

Helena também criticou o corte de R\$ 1,9 bilhão no orçamento da Educação. Justificando a decisão do governo federal, o Ministério da Fazenda disse que a intenção é fazer frente ao cumprimento da meta cheia do superávit primário de R\$ 140 bilhões este ano.

A presidente da SBPC teme que o corte prejudique programas importantes, como o Ciência sem Fronteiras, por exemplo.

Antecipação - Temendo danos que o contingenciamento de recursos em áreas estratégicas para o País poderia infligir no desenvolvimento nacional, Helena insistiu em dizer que a academia científica, desde o ano passado, vem alertando o Palácio do Planalto sobre os graves riscos aos quais "a nação fica exposta quando ocorrem cortes nos investimentos públicos em educação, ciência e tecnologia".

O recado mais recente foi encaminhado no início deste mês, antes mesmo de ser anunciado o ajuste fiscal. "Por serem áreas estruturantes da vida do País, os reflexos dos investimentos ou da falta deles em educação, ciência e tecnologia são sentidos somente no médio e no longo prazo. Mesmo que de maneira ainda tímida, já podemos sentir alguns efeitos positivos dos investimentos regulares e crescentes havidos nessas áreas nos últimos anos", alerta o documento enviado pela SBPC e ABC.

Já em junho do ano passado, as duas entidades encaminharam à Presidência da República um documento em que manifesta apreensão sobre a ausência de áreas de C,T&I nos megadesafios da proposta do Plano Plurianual (PPA) do quadriênio 2012-2015, elaborada pelo Ministério do Planejamento. Após esse pleito, a proposta da academia científica e de cientistas foi contemplada no PPA.

Ao considerar que o desempenho das áreas de ciência, tecnologia e inovação tem forte

Cientistas criticam novo corte no orçamento de áreas estratégicas

Cientistas se mostram preocupados com o impacto negativo que o corte de mais de 22% no orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) pode provocar no desenvolvimento nacional em médio prazo, justamente em um momento em que o Brasil conquista status de sexta economia do mundo.

correlação com o desenvolvimento de um país, Helena disse que os investimentos nessas áreas precisam ser mantidos em vez de serem retraídos. "Ou é uma política de Estado, ou o Brasil não vai sair do mesmo", alertou.

Ao olhar de Helena, embora tenha ultrapassado a Inglaterra no ano passado, tornando-se a sexta economia do mundo, o Brasil "ainda está aquém do que precisa" evoluir em termos de desenvolvimento científico e tecnológico. Ou seja, apesar de conquistar o status de sexta economia mundial, o País ainda ocupa a 13ª posição na produção de conhecimento.

"Para nós cientistas, a leitura é outra. O Brasil pode ser a sexta do mundo, mas está anos-luz atrás da Inglaterra, que tem educação de alta qualidade em todos os níveis, tem ciência, tecnologia e inovação de altíssima qualidade em número abundante para aquela população", observa Helena.

Ao destacar que países com economia desenvolvida investem em áreas estratégicas do conhecimento, Helena citou o exemplo dos Estados Unidos, quando, no período da crise de 2008, o presidente Barack Obama elevou os investimentos justamente em áreas de ciência e tecnologia, apesar de fazer ajustes fiscais para inibir impactos daquela turbulência internamente.

"As nações mais desenvolvidas investem em ciência e tecnologia para ampliar sua base de conhecimento e aumentar seu potencial de inovação, para gerar mais emprego e melhorar a distribuição de renda no País", observa Helena.

Com a divulgação do estudo do Centro de Pesquisa para Economia e Negócios (CEBR, em inglês), publicado recentemente, o qual indicou que o Brasil tornou-se a sexta maior economia global, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, estimou que o País deverá alcançar o quinto lugar no ranking mundial antes de 2015.

Sugestão de revisão - O presidente da ABC, Jacob Palis, também repudiou os cortes no orçamento do MCTI. Ao lembrar que a entidade e a SBPC têm se pronunciado constantemente sobre a "importância de investimentos crescentes" em CT&I

para assegurar o presente e o futuro do Brasil, Palis fez um apelo à presidente Dilma Rousseff "por ampla revisão dos recentes cortes de orçamento nessas áreas."

Frustração - Com a mesma visão, a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei), que responde por 2,3% dos investimentos privados em inovação no País, alerta sobre o impacto negativo do bloqueio de investimentos em CT&I para a competitividade brasileira. Para o vice-presidente da instituição, Guilherme Marco de Lima, o bloqueio deve reduzir os estímulos do setor privado, adquiridos nos últimos anos, pela forte concorrência dos produtos chineses. "O Brasil com um corte dessa proporção prejudica, ainda mais, a capacidade das empresas brasileiras de agregarem valor aos seus produtos e processos e, consequentemente, de reverterem o déficit crescente da balança comercial nesse segmento", acrescenta.

Por outro lado, Lima prevê que as commodities devam continuar no comando da pauta da balança comercial do País, setor que no ano passado saltou para 36% do total de produtos brasileiros exportados, o maior percentual desde 1977. Dessa forma, ele avalia que a decisão do governo federal segue na contramão da bandeira da presidente Dilma Rousseff - levantar a posse do ministro Marco Antonio Raupp - de usar ciência, tecnologia e inovação como áreas estratégicas no desenvolvimento do País. "Por se tratar de investimentos em áreas inovadoras, precisamos de continuidade na alocação de recursos em ciência e tecnologia em curto, médio e longo prazo, como uma política de Estado."

Para Lima, o corte pelo segundo ano consecutivo deve interferir, ainda, nos investimentos em CT&I como proporção do PIB, cuja estimativa do governo é de elevar o atual patamar de 1,2% para 1,8% do Produto Interno Bruto em 2014. Além disso, Lima disse que o País fica cada vez mais distante de alcançar patamares sugeridos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) de 2,2% a 2,5% do PIB em CT&I. **(Viviane Monteiro - Jornal da Ciência)**

Poucas & Boas

Tablets - "O Brasil é o terceiro país onde mais se vende computadores. Para a parcela da população mais pobre, a única opção de acesso verdadeiro é a escola. Não queremos um apartheid digital, como tivemos um apartheid educacional no passado. É indispensável que a escola se modernize."

Aloizio Mercadante, ministro da Educação, sobre a polêmica distribuição de tablets para professores do ensino médio. (O Estado de São Paulo - 11/2)

Discriminação - "Eu elimino o preconceito me preparando muito para as reuniões. Porque ninguém cala a boca de quem sabe."

Graça Foster, presidente da Petrobras, sobre se já sofreu discriminação como mulher no mundo executivo. (O Globo - 15/2)

Código - "A interpretação, do jeito que está hoje, implicaria a Prefeitura de São Paulo tirar a marginal Tietê e recompor a vegetação."

Cláudio Brandão Cavalcanti, da Unidade de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria, uma das entidades que têm feito lobby para excluir do Código Florestal dispositivos que preveem a proteção de vegetação em áreas urbanas. (Folha de São Paulo - 15/2)

Pesquisa - "O custo para fazer um genoma no Brasil é cerca de cinco vezes maior do que na China. Temos muitas dificuldades para fazer pesquisa, especialmente para importar material. O governo diz que precisamos importar a cada seis meses. Isso é o mesmo que dizer a uma dona de casa que ela precisa comprar de uma vez só tudo que usará em seis meses. Sobra farinha e falta fubá."

Mayana Zatz, geneticista e coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano da Universidade de São Paulo. (Folha de São Paulo - 15/2)

Orçamento - "Se eu digo que quero trazer os cérebros de volta, não posso sinalizar um corte no orçamento do que é o futuro do Brasil."

Helena Nader, presidente da SBPC, a respeito do corte de R\$ 1,486 bilhão do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), anunciada esta semana. (Portal G1 - 16/2)

Aborto - "Acompanharemos com toda a atenção, como Executivo, o andamento desse debate. Mas não é pauta do governo."

Eleonora Menicucci, nova ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a respeito da descriminalização do aborto. A ministra vem sendo pressionada pela bancada evangélica por ser pessoalmente a favor do aborto. (O Estado de São Paulo - 17/2)

Interessado em desenvolver uma política de fomento à produção e exploração das chamadas terras raras no País, o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) encaminhou, no dia 14 de fevereiro, um pedido formal em que pressiona a realização de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal.

Encaminhado ao presidente do partido peemedebista, senador Valdir Raupp (RO), e à presidência da CCT, o pedido do parlamentar reforça o requerimento de nº 32/2011, aprovado em julho do ano passado pela comissão.

Na prática, o documento cobra a abertura de um espaço público para discutir estratégias para a exploração desses materiais, considerados fundamentais para a fabricação de aparelhos de alta tecnologia, como TVs digitais, ressonâncias magnéticas, tomógrafos, *laptops*, *iPods*, carros híbridos.

O requerimento do senador Henrique enfatiza que a atividade mundial de terras raras, que movimentou US\$ 2 bilhões no ano passado, tem potencial para atingir US\$ 9 bilhões este ano, caso seja mantida a procura pelos materiais. O mesmo relatório, baseado em estudo do Congresso dos Estados Unidos, revela que a demanda por terras raras estimada para 2012 é de 180 mil toneladas, acima das 134 mil toneladas observadas em 2010.

5º Encontro Nacional Sobre Terras Raras - Diante desse cenário mundial que se apresenta, pesquisadores e cientistas nacionais estão empenhados na discussão sobre as perspectivas de negócios e de exploração desses materiais. É com essa visão que será realizado o 5º Encontro Nacional Sobre Terras Raras, de 10 a 13 de abril, em

Senador pressiona comissão para discutir políticas para terras raras

Em abril será realizado o 5º Encontro Nacional Sobre Terras Raras, em João Pessoa.

João Pessoa (PB). As inscrições começaram em 10 de janeiro e a data limite para submissão de resumos (pôster para apresentação) termina em 20 de março.

Promovido pelo departamento de química da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o evento tem o patrocínio de órgãos como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Organizador do evento, o professor de química da UFPB, Ercules Epaminondas de Sousa Teotônio, disse que o encontro prevê reunir pesquisadores renomados nacionais e estrangeiros, estudantes e representantes do setor produtivo com intuito de analisar o andamento de pesquisas e discutir políticas para a exploração desses materiais.

Interesse acadêmico - Hoje, praticamente, todas as universidades públicas brasileiras têm grupos de pesquisadores envolvidos com terras raras, principalmente de áreas de física, química e mineração. Apenas na instituição paraibana, o professor calcula a existência de mais de uma dezena de pesquisadores envolvidos no assunto.

Apesar de as previsões indicarem que a maioria de terras raras está concentrada em estados como São Paulo, Rio de Janeiro e outros estados do Sudeste e do Centro-Oeste, Teotônio destaca que há indícios de terras raras também no Nordeste.



te. Mais informações sobre o evento estão disponíveis no link <www.tr2012.com.br/home>.

Para o senador Henrique, o Brasil precisa desenvolver, o quanto antes, uma política estratégica de fomento à produção e arrojo empresarial para promover o aproveitamento das chamadas terras raras.

"As terras raras são uma questão de soberania nacional, pela multiplicidade de seus usos, inclusive na área de defesa e na indústria petrolífera", disse o senador Luiz Henrique. Em seu requerimento, o parlamentar convida representantes dos ministérios de Minas e Energia (MME), de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da empresa Recursos Minerais das Indústrias Nucleares do Brasil (INB) a participarem da audiência.

Agenda positiva em ação - Segundo Ronaldo Santos, diretor do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) do MME, o Brasil já possui uma agenda positiva para desenvolver tecnologias para o aproveitamento desses elementos. Elaborada por um grupo de trabalho interministerial forma-

do por integrantes do MME e MCT, a agenda também tem contribuições da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), do Ministério da Indústria e Comércio Exterior.

O documento, segundo disse Santos, é respaldado em informações e dados do governo e de especialistas do setor privado, colhidos em seminários realizados no País sobre terras raras. Sem destacar os pontos da agenda, Santos declarou que há, também, projetos de empresas de pequeno e de médio portes, iniciados pela Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (Fundação Certi), em elaboração para o desenvolvimento da cadeia produtiva de terras raras no País.

Hoje a China é o maior produtor mundial desses materiais, responsável pela produção de 120 mil toneladas anuais, o equivalente a 97% do total mundial. Até então esse mercado era liderado pelo Brasil, mas perdeu espaço justamente pela entrada estratégica da China na exploração de terras raras, que derrubou o preço e tirou a atratividade da produção interna. Hoje, porém, os preços são remuneradores.

Produção nacional atual - Segundo os últimos dados disponíveis, a produção nacional de terras raras somou 650 toneladas em 2009. É um resultado considerado modesto, apesar de o País "ostentar" o título de terceiro maior produtor mundial, atrás da China e da Índia. Esse último estaria em segundo lugar, com produção de 2,7 mil toneladas, segundo o documento. "O governo federal precisa retomar a atividade, que hoje não representa sequer 1% da produção mundial, num segmento em que o País já foi líder global", reforça o documento de Henrique. (Viviane Monteiro – *Jornal da Ciência*)

Brasil e China terão centro de nanotecnologia

O *Diário Oficial da União* publicou, no dia 14 de fevereiro, portaria instituindo o Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia, o CBC-Nano. Ainda não está definida a agenda de pesquisas do centro, mas, segundo o químico Fernando Galembeck, a China manifestou interesse em desenvolver, com o Brasil, sensores e dispositivos para uso em diagnósticos clínicos para atendimento de populações dispersas. "A ideia é ter um equipamento portátil confiável, de produção barata, que facilite levar atendimento às pessoas", explica

Galembeck, que é diretor do Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano), em Campinas (SP), e será o coordenador brasileiro no CBC-Nano.

Segundo ele, outra área de interesse é o desenvolvimento de novos produtos a partir da biomassa. O centro sino-brasileiro é virtual e funcionará como uma rede de cooperativa de pesquisa e desenvolvimento da qual ficará vinculado o LNNano. De acordo com a portaria, "a participação será considerada serviço público relevante, não ensejando qualquer remuneração específica". (Agência Brasil)

Finlândia demonstra interesse em investir no País

No dia 14 de fevereiro, a presidente Dilma Rousseff recebeu o primeiro-ministro da Finlândia, Jyrki Katainen, no Palácio do Planalto. Na pauta do encontro, parcerias bilaterais, a crise financeira que atinge a Europa e a Conferência Rio+20.

Doze universidades finlandesas possuem algum tipo de parceria com instituições brasileiras e o número deverá ser ampliado por meio do programa Ciência sem Fronteiras. "Queremos também intensificar a troca de experiências na área da educação básica, em que a experiência finlandesa é reconhecida

mundialmente", acrescentou Dilma. Após o encontro, a presidente destacou as trocas comerciais entre os dois países e disse que ambos estão dispostos a aumentar o fluxo de investimentos e de comércio para superar o resultado recorde de US\$ 1,47 bilhão de intercâmbio comercial entre as duas nações em 2011.

Entre as áreas de interesse para novas parcerias de cooperação científica e tecnológica, a presidente listou as energias renováveis, telecomunicações, o sistema de alertas de desastres naturais e tecnologias de defesa naval e offshore. (Agência Brasil)

Nem só com plantio de árvore se reduz gás carbônico. Pesquisas mostram que a reprodução de cianobactérias e de microalgas são potencialmente mais vantajosas do que árvores na captura de CO₂ na atmosfera, pois esses microorganismos se reproduzem rapidamente e, assim, sequestram quantidade de gás carbônico superior à absorvida pelas árvores. Esse é um dos estudos publicados na revista *InCiência*, lançada em 10 de fevereiro, pelo Colégio Dante Alighieri, instituição privada situada na área nobre de São Paulo. O criador dessa pesquisa é Victor Marelli Thut, nascido em abril de 1994, aluno dessa instituição.

A proposta da revista *InCiência* é publicar trabalhos de jovens cientistas brasileiros dos ensinos fundamental e médio, tanto de escolas da rede pública como da iniciativa privada do País.

Para comprovar sua hipótese, Victor desenvolveu um recipiente fechado (biorreator) que estimula a reprodução de organismos fotossintetizantes e, paralelamente, absorve gás carbônico. Adaptado ao uso doméstico, esse biorreator, criado com exclusividade para a absorção de gás carbônico, representa uma inovação em relação aos atuais. Segundo Victor, existem hoje dois modelos de biorreatores disponíveis no mercado, mas são recipientes abertos: um destina-se à produção de cosméticos e o outro à produção de biocombustíveis.

Com a utilização do biorreator fechado, Victor conclui que qualquer pessoa pode devolver à atmosfera certa quantidade de oxigênio, em contrapartida aos impactos que causam diariamente ao meio ambiente.

Em outro cenário, a reprodução desses microorganismos para sequestro de gás carbônico vem sendo objeto de estudo de especialistas há algum tempo. Saindo na frente, Victor informou que encaminhou no ano passado pedido ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) para patentear seu biorreator.

Teia de aranha - Outro exemplo publicado na primeira edição da *InCiência* é o projeto de Leonardo Bodo, aluno da 3ª série do ensino médio, do mesmo colégio. Batizado de "Tecendo saúde: a tecitura de substâncias antimicrobianas a partir de ooteca (depósitos de ovos) da aranha *Phoneutria nigriventer*", o estudo de Bodo revela que a ooteca dessa espécie pode ter substâncias antibióticas que matam fungos e bactérias causadoras de doenças.

O estudo revela que existem na ooteca da espécie *Phoneutria*

Nasce revista para publicar estudos científicos de jovens estudantes

Para despertar o interesse de jovens pesquisadores e incentivar a pré- iniciação científica nas escolas públicas e privadas, o Colégio Dante Alighieri lança a revista *InCiência*.

nigriventer (mais conhecida como aranha-armadeira ou aranha-banana) substâncias que podem inibir o desenvolvimento tanto de fungos quanto de bactérias. Para concluir essa teoria, Bodo observou que essas substâncias antibióticas são desenvolvidas pelas aranhas como uma defesa para proteger seus ovos de presas e, também, de possíveis infecções. Depois de coletar os ovos das aranhas, Bodo purificou as amostras pelo processo conhecido como CLAE (Cromatografia Líquida de Alta Eficiência), que separa os diferentes tipos de material. Após essa seleção, o jovem observou as amostras que apresentavam atividade antibacteriana. Assim, Bodo descobriu um peptídeo (cadeia de pequenos aminoácidos) com uma substância antibacteriana e totalmente nova.

O jovem cientista relacionou essa descoberta com os antibióticos convencionais. "O antibiótico derivado desse material [*Phoneutria nigriventer*] pode auxiliar na questão da crescente resistência das bactérias dos antibióticos comuns, ao contrário dos antibióticos convencionais."

Proposta da *InCiência* - A ideia de publicar a revista é decorren-



te do programa "Cientista Aprendiz", criado pelo próprio colégio em 2006, para alunos do 8º ano do ensino fundamental até a 3ª série do ensino médio, do qual Victor faz parte desde 2009. A proposta de ambos os projetos é fazer com que o aluno exercite as técnicas científicas, conforme Sandra Tonidandel, coordenadora do departamento de Ciências da Natureza do colégio.

"Hoje não dá só para pensar em memorizar os fatos, pois temos o Google para isso. Precisamos é fazer com que o jovem vá além, que crie, que busque soluções e apresente [trabalhos] para a comunidade", sugere Sandra.

Embora os estudantes do Colégio Dante já participem de

feiras nacionais e internacionais, como a Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace), os professores concluíram que os alunos precisam de mais espaços para divulgar seus trabalhos.

"Nem sempre todos têm a oportunidade de participar", disse Sandra. Ela complementa que os professores entenderam, ainda, que a pessoa não faz ciência sozinha. "Se faz ciência compartilhando. Então pensamos em um espaço em que seja possível o jovem divulgar a sua ciência, de forma compartilhada com outros jovens de outras escolas. Não pensamos em uma revista para o público interno. A revista é para todos os jovens, de todas as classes, pois existem jovens talentosos em todos os campos", declarou.

Como participar - Estudantes dos ensinos fundamental e médio das redes pública e privada podem encaminhar seus trabalhos ao comitê científico da revista. Um contato da revista, que tem periodicidade semanal, é inciencia@colegiodante.com.br. O papel do comitê científico é averiguar a qualidade do estudo produzido pelos estudantes e encaminhá-lo para publicação.

Antes de serem encaminhados ao comitê científico, os estudos precisam ser apresentados em feiras de ciências, mesmo que seja em eventos escolares. Embora a primeira publicação tenha sido impressa, a revista foi desenhada para ser digital nas próximas edições. **(Viviane Monteiro - Jornal da Ciência)**

Especialistas elogiam a iniciativa

Aos olhos do secretário de Educação de São Paulo, Herman Voorwald, e da presidente da SBPC, Helena Nader, que participaram do lançamento oficial da *InCiência*, o projeto é um instrumento que pode estimular, ainda mais, o interesse de estudantes de escolas públicas e privadas pelos estudos científicos.

Na ocasião, o secretário de Educação de São Paulo e a presidente da SBPC, além de outros especialistas, participaram de mesa-redonda sob o tema "Como uma revista dessa natureza pode promover o ensino de ciências naturais em nosso País".

Para a presidente da SBPC, a revista é lançada em um momento oportuno, de transformação, pelo qual vive o Brasil. Ou seja, a sociedade cada vez mais se apropria da ciência e reconhece a importância dessa área.

Na opinião de Helena, o fato de a revista ser digital pode ser a garantia de sucesso desse projeto. Pois, acrescenta ela, a difusão da revista para jovens

cientistas, pelo processo eletrônico, pode ser melhor (do que em papel), considerando que hoje a maioria das escolas nacionais tem laboratórios de informática. Dessa forma, segundo Helena, o trabalho de jovens pesquisadores publicados na revista *InCiência* pode influenciar outros jovens de todos os cantos do País.

Concordando com a opinião de Helena, o secretário de Educação de São Paulo avalia que uma publicação de pré- iniciação científica é um estímulo para aumentar o interesse de jovens pela área científica. Voorwald torce "para que os jovens brasileiros se interessem pela ciência e coloquem o Brasil em papel de destaque no cenário mundial".

Analisando o foco da revista, a presidente da SBPC aposta que não faltará demanda de jovens pesquisadores pela divulgação de seus estudos científicos na *InCiência*. Helena sugeriu publicar nessa mídia, também, programas de estímulos nacionais que podem aumentar

ainda mais o interesse de jovens pelas pesquisas científicas. É o caso do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic Júnior) e do Ciências sem Fronteiras, ambos os fomentados pelo CNPq.

Gargalos na rede pública - Na cerimônia, o secretário de Educação de São Paulo lembrou de reconhecer os problemas da educação básica da rede pública do Brasil. Nesse contexto, ele disse que gostaria de incluir a pré- iniciação científica no currículo das escolas públicas estaduais do ensino básico. Para tanto, esclareceu Voorwald ao *Jornal da Ciência*, é necessário implementar "tempo integral" nas escolas públicas, processo que vem ocorrendo em São Paulo, mas de forma modesta. Conforme o secretário, a previsão é de que este ano o tempo integral seja implementado em pelo menos 16 escolas do estado, número que deve atingir a 300 unidades até 2014. **(Viviane Monteiro - JC)**

A batalha começou no último dia 27 de dezembro, com a publicação no *Diário Oficial*, pelo Ministério da Saúde, da Medida Provisória 557/11, que institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna. A iniciativa visa a identificar as gestantes e puérperas que estariam com gravidez de risco e, segundo o MS, a ideia é fortalecer a intervenção dos municípios e estados garantindo uma atenção eficaz para reduzir a mortalidade materna.

Desde o primeiro dia de sua divulgação, a medida vem gerando discussão entre médicos, cientistas, sociólogos, antropólogos e estudiosos dos direitos das mulheres, entre outros interessados no tema, que questionam o conteúdo do texto. Os grupos listaram um rosário de razões para derrubá-la. Entre elas, a inclusão na portaria de uma palavra que até então frequentava mais o vocabulário de religiosos e conservadores do que o de políticos: nascituro.

"Ou temos um recém-nascido, ou um feto ou um produto de aborto. [Nascituro] é um termo inadequado", explica Thomaz Gollop, coordenador do Grupo de Estudos sobre o Aborto (GEA). "Causou um espanto uma MP do Governo incluir no texto a palavra nascituro, igualando em direitos o feto e a mulher mãe, o que já seria inconstitucional, pois a personalidade jurídica é após o nascimento", conta Cristiano Rosas, coordenador do Global Doctors for Choice/Brasil e membro do Comitê de Direitos Sexuais e Reprodutivos da Federação Latino-Americana de Obstetrícia e Ginecologia.

Contudo, no último dia 27 de janeiro, um mês após sua publicação, o Ministério da Saúde anunciou uma retificação da MP 557, retirando o Art. 19-J, ou seja, eliminando o 'nascituro' da discórdia, com a justificativa de que o artigo "implicava garantias já previstas na Lei 8.080". "O reconhecimento de que houve um erro abre espaço para um debate mais aprofundado na sociedade. Um debate mais arejado", opina Ligia Bahia, vice-presidente da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), entidade que divulgou um documento criticando a MP e repudiando "ações que coloquem em risco a cidadania já conquistada".

"Acho muito positivo que tenha sido retirado, mas, ao mesmo tempo, a presença desse termo numa medida como essa, que apareceu tão rapidamente, num período tão inoportuno quanto o fim do ano, chama a atenção para o fato de que essa medida talvez não tenha sido suficientemente discutida ou pensada em todos os aspectos", completa o médico e integrante do GEA, Jefferson Drezett.

Retirada da palavra 'nascituro' de MP 557 não é suficiente

A polêmica medida é questionada pela Abrasco, pelo GEA, por médicos e parlamentares, que insistem na modificação do texto ou mesmo derrubada da portaria.

Lista de questões - Entretanto, a inclusão da palavra nascituro era apenas uma das polêmicas levantadas pelos questionadores da MP. Outras críticas apontadas são a eficácia da chamada "bolsa-barriga", que prevê um auxílio de até 50 reais às cadastradas para que possam aceder aos serviços de saúde (veja texto na próxima página) e a necessidade do próprio sistema de cadastramento, uma vez que já existe o Sistema de Acompanhamento do Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (SispreNatal). "Fazer na área de assistência pré-natal um novo cadastramento é investir pela segunda vez em algo que já existe", alega Gollop. "Achamos que já há uma inflação de sistemas de informação, que, na realidade, não informam nada", ataca Ligia Bahia.

"O que é mais espantoso nessa história é: por que uma MP? Por que não se discute no âmbito da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia e no próprio SUS como implementar serviços de pré-natal e acesso a pré-natal em regiões onde isso é difícil?", questiona Gollop. "Sequer a Secretaria de Políticas para a Mulher foi consultada", completa Ligia Bahia. "Para nós, particularmente os da área de Saúde, isso é espantoso, porque desde o regime militar que os movimentos feministas parti-



cipam dos programas de saúde da mulher", lamenta Ligia.

A vice-presidente da Abrasco e Jefferson Drezett citam o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Paism), criado em 1983, como um exemplo. "Estamos tentando resolver mortalidade materna por meio de MP e deixamos de considerar uma experiência exitosa que é colocar essas mulheres dentro de um programa de assistência integral. O Paism mostrou para o mundo inteiro que é possível reduzir a mortalidade materna quando ele é aplicado com seriedade", relata Drezett.

Falta de sigilo - Outro ponto de forte questionamento é a suposta falta de sigilo do sistema previsto na MP. "Em momento algum [do texto] se fala nele. Uma das grandes preocupações é o que será feito da mulher que disser que está grávida", aponta

Gollop. "É um cadastro que não garante o sigilo, que é compulsório, que deixa a unidade e o gestor legal treinarem pessoas, que não está preso ao segredo ao nome da mulher, pelo contrário, obriga a compartilhar o sistema de monitoramento com os gestores de saúde, com secretário de saúde, coordenadores regionais, diretores de hospitais. Com que objetivo compartilhar um cadastro com conselhos de saúde locais?", questiona Cristiano Rosas, citando como exemplo o constrangimento passado pela menina de nove anos que ficou grávida em Recife e foi notícia em todo o Brasil.

"Foram exatamente os conselhos de saúde que identificaram e publicaram [o caso]. Eles estavam vinculados com a Igreja e usaram da prerrogativa de ter acesso a uma informação de saúde para criar uma confusão, que constrangeu a mãe e a criança. A maior parte desses conselhos de saúde está muito vinculada com comunidades eclesiais de bairro, isso também é preocupante. Pode-se criar sistema de monitoramento de bariga", alerta.

A deputada Janete Pietá (PT-SP) conta que uma parte significativa das parlamentares que compõem a Bancada Feminina também discorda do cadastro. "Ele viola os direitos individuais da mulher e a expõe, podendo isso ser utilizado para sua criminalização. E cria um constrangimento para as que querem manter a gravidez, mas não querem revelá-la, como algumas adolescentes e mulheres que querem escondê-la no trabalho", opina, acrescentando, no entanto, que a bancada concorda com os objetivos da MP 557 de reduzir a mortalidade materna.

Para Drezett, a MP "pode até ter um ótimo resultado político", "mas não vai reduzir morte de mulheres". "Acho até que pode ficar complicado, porque aquelas mulheres que não querem seguir gravidez e sabem que agora terá cadastro, podem correr o risco de ter seu nome publicado entre as que receberam 50 reais e podem até fugir do sistema de saúde. Acho que muita gente não entendeu, mas há muitas mulheres que podem fugir ou postergar a ida ao sistema de saúde se não lhe dão privacidade", pontua.

"Na minha visão humilde, essa portaria está parecendo ter muito mais interesse em ser uma bolsa-barriga do que de fato impactar de maneira séria nos índices de mortalidade materna", opina Rosas. "A gente sabe o que tem que fazer para reduzir mortalidade materna: dinheiro, profissionais de saúde capacitados, um sistema hierarquizado descentralizado, com qualidade de assistência e garantia de acesso. Morre-se porque não se tem acesso à qualidade", conclui. **(Clarissa Vasconcellos – Jornal da Ciência)**

Menicucci assume Secretaria de Políticas para as Mulheres

No dia 10 de fevereiro, a socióloga Eleonora Menicucci assumiu a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Ao tomar posse, a ministra declarou que vai dar continuidade ao programa de governo da presidente Dilma Rousseff, mas não abrirá mão de convicções pessoais, em especial, das que tem sobre o aborto. "Convicção é uma coisa pessoal e hoje assumo uma posição de titularidade de uma pasta importante. Terei muita serenidade em levar à frente as políticas do governo no que diz respeito a esse aspecto [aborto] e aos projetos que existem. O debate é da sociedade civil", disse a nova ministra, ao ser perguntada sobre as críticas que recebeu de grupos evangélicos por defender o aborto como questão de saúde pública.

A socióloga afirmou que está disposta a dialogar com

todos, mas argumentou que o aborto é a quarta causa de morte materna no País. Menicucci deixou a pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) para assumir o cargo de ministra.

A chegada da nova ministra é vista como uma boa notícia frente à preocupação com as consequências da MP 557. "Acho que é um ganho enorme para todos nós, pois ela tem uma formação dentro do campo da ciência e também dentro do movimento de mulheres. Acho que ela pode abrir espaço [para a discussão sobre o aborto]. Se essa MP tivesse acontecido no momento em que ela fosse ministra, provavelmente teríamos tido uma expressão mais clara da secretaria", acredita o médico e integrante do GEA, Jefferson Drezett. **(Jornal da Ciência)**

Outro fator de questionamento do Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna previsto na MP 55/11 é o auxílio de até 50 reais para que as gestantes assistidas pelo SUS e cadastradas no novo sistema possam garantir o acesso a ações e serviços de saúde relacionados ao pré-natal e ao parto. No entanto, médicos acham que o benefício não resolve um dos principais causadores da mortalidade materna: a baixa qualidade do atendimento às gestantes.

"Investem-se 50 reais na mão da mulher que se diz grávida para ela procurar um serviço. Mas, muitas vezes, o serviço propriamente dito não existe, pois temos dificuldade de um bom acesso a atendimento pré-natal em centenas de municípios, principalmente no Norte e no Nordeste", alerta Thomaz Gollop, coordenador do GEA. "Estamos gastando um dinheiro para eventualmente possibilitar a mulher de ir a um pré-natal, que, na verdade, não tem condições de atendê-la", lamenta.

Cristião Rosas, coordenador do Global Doctors for Choice/Brasil e membro do Comitê de Direitos Sexuais e Reprodutivos da Federação Latino-Americana de Obstetrícia e Ginecologia, acha o auxílio controverso. "Não sou contra nenhum benefício. A população, principalmente a mais carente, tem que ter benefícios. Mas muitas cidades brasileiras já têm auxílios com experiência implantada, como no caso de São Paulo com o cartão SPTrans, em que se apontam créditos e se dá o número de passagens necessárias para

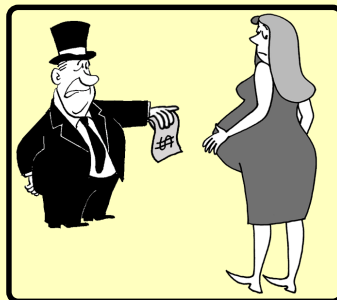
Quanto vale a falta de um atendimento eficiente?

Os 50 reais previstos na MP557 para serem distribuídos às gestantes não resolvem a principal causa de mortalidade materna: a baixa qualidade de atendimento nos serviços públicos de saúde.

que a gestante vá à Unidade de Saúde", exemplifica.

A deputada Janete Pietá (PT-SP) revela que as parlamentares concordam com a oferta do benefício, mas que há um questionamento em relação ao valor. "Para as mulheres em situação de exclusão, é bom receber um benefício. Cinquenta reais para [uma mulher de] cidade pequena é uma ajuda, mas para as que vivem em metrópoles, é insuficiente", opina, acrescentando que a bancada feminina considera que é preciso realizar um amplo debate com a sociedade e o Governo, mais especificamente com as ministras Ideli Salvatti, Gleisi Hoffman e Eleonora Menicucci e o ministro Alexandre Padilha, "no sentido de buscar um mecanismo que atenda ao objetivo, que é reduzir a mortalidade materna".

"Bolsa-chocadeira" - Lígia Bahia, vice-presidente da Abrasco, observa que o auxílio financeiro "na realidade é a grande motivação da MP 557" e que algumas feministas estão chamando o benefício de "bolsa-chocadeira". "Não concordo muito com essa denominação porque acho que sempre é importante o auxílio pecuniário, portanto, nós não temos discordância de que seja fornecido esse auxílio para a gestante, pelo contrário. Mas consideramos que



isso deveria estar na órbita da Assistência Social", pondera.

No entanto, Lígia também alerta para a ineficiência do auxílio em relação à mortalidade materna. "A mortalidade está relacionada com o acesso e a qualidade do parto. Mas não é porque as pessoas não têm dinheiro para passagem. É porque há barreiras fortes de acesso na entrada das gestantes nas maternidades, e isso não vai ser resolvido com dinheiro. Tem que ser resolvido com a ampliação da oferta, com a coibição da discriminação e com um conjunto de medidas que estão confundidas, diluídas", alega.

"Acho que quem imaginou essa medida imaginou mulheres engravidando felizes, programadamente, e essa não é a realidade de muitas mulheres deste País", sublinha o médico e integrante do GEA, Jefferson Drezett. "A questão desse di-

nheiro, que é absolutamente insuficiente, não vai mudar absolutamente nada na vida dessas mulheres. Realmente, não dá para discordar de quem acha essa medida clientelista, paternalista ou oportunista e até política", opina.

Uma tragédia - Para Drezett, a mortalidade materna "deveria ser vista pela sociedade brasileira como uma tragédia que, a princípio, poderia ter sido evitada". "Enquanto não virmos isso como uma tragédia a ser evitada, vamos tentar evitá-la com medidas que oferecem 50 reais", sentencia, acrescentando que "gostem ou não as autoridades desse País, [a mortalidade materna] é um claro indicador de que respeito há ou não há pelas mulheres".

"A mortalidade materna está baseada em hemorragias, hipertensão e diátese, além das sequelas de aborto inseguro. Em nenhum momento essa MP privilegia a gestante de alto risco e dá a ela condições de evitar a morte materna em função dele", questiona Gollop.

Segundo Drezett, "não há país que mudou indicadores como mortalidade infantil ou mortalidade materna e taxa de abortamento por decreto, MP, memorando ou ajuda financeira da pessoa". "A organização do sistema é que é importante, e não é uma questão de cadastro, é melhorar uma série de indicadores que estão praticamente ausentes na previsão dessa medida. A morte materna é um indicador de qualidade de saúde sexual e reprodutiva e quanto pior ela é, pior é a nossa qualidade de atenção", conclui Drezett. **(Clarissa Vasconcellos - JC)**

Diante das diversas críticas à criação da MP 557/11, alguns médicos e estudiosos da área de Saúde se perguntam a respeito da real motivação que levou à confecção do texto. Mas a maioria prefere não afirmar com certeza que haveria interesses de grupos conservadores e religiosos em criar um mecanismo de controle das grávidas e, conseqüentemente, dos abortos.

"Não tenho como dizer isso, mas a gente sempre fica com a ideia. Primeiro, porque é uma MP feita sem nenhuma discussão com a sociedade, sem saber se esse é o melhor caminho, que já mostra que nasceu de maneira inadequada", alega Thomaz Gollop, coordenador do GEA.

Lígia Bahia, vice-presidente da Abrasco, é mais direta. "Acho que foi uma pressão forte das bancadas evangélicas. Temos uma coalizão, neste momento, mais desfavorável ainda do que quando a gente tinha problemas com os católicos", alega, acrescentando que existem seis projetos de lei que estão tramitando no legislativo oriundos das "ban-

Possível motivação conservadora é preocupante

cadadas religiosas" que propõem o cadastramento para o controle do aborto. "Nós consideramos que isso é um retrocesso em relação à precária legislação que nós temos e que pelo menos garante algum direito a aborto", conta.

Gollop comenta a ameaça citada por Lígia. "É interessante como essas bandeiras [conservadoras] estão completamente dissociadas da realidade. Mas sempre digo algo comprovado pela experiência humana em todo o mundo: as mulheres ricas não mantêm uma gravidez indesejada por força de projeto de lei ou de lei existente de forma alguma. Na população de baixa renda não é diferente. A única coisa que acontece é que elas lançam mão de aborto inseguro e comprometem sua saúde", lamenta o coordenador do GEA.

Coerção - Para ele, as medidas

coercitivas não resultam em nada. "Nunca se publicou um trabalho falando em ciência disso. Pelo contrário, a gente tem o exemplo da Romênia, que é um caso de estudo." Gollop conta que, no caso daquele país, "todas as vezes em que houve leis restritas, e a Romênia é um exemplo porque abriu e fechou leis, dependendo dos interesses econômicos do país, aumentava a mortalidade materna". "Temos exemplos de estudos mostrando que essas políticas coercitivas de fechamento legal não mudam e até pioram a situação. Porém, existem grupos que acham que isso satisfaz suas bases eleitorais. Mas que não estão pensando em saúde coletiva ou saúde pública", contesta.

Cristião Rosas alerta para o fato de a portaria citar "en passant" uma possível articulação com Institutos Médicos Legais e com serviços de verifica-

ção de óbitos. "Morte materna é problema de serviço de verificação de óbito. Não é de legista, pois são causas médicas, naturais, normalmente causas de saúde. Os IMLs vão fazer investigação das mulheres que morrem de causa externa, como acidentadas, atropeladas, baleadas, suicidas e as que cometeram o 'crime' do aborto. Acontece que homicídio e suicídio são causas acidentais ou incidentais na morte materna. Elas não computam no coeficiente na razão de mortalidade. Então resta ao IML rastrear o crime do aborto. Achei que, de repente, essa articulação pode ser um monitoramento de mulheres que cometeram aborto", sustenta.

Rosas acredita que "a MP ataca todos os psicopatas soltos por aí que acham que a cada esquina tem uma mulher criminosa". "Tenho tristeza em falar que não vi nessa MP nenhuma garantia a uma maternidade segura a uma mulher com gestação indesejada, que queira interrompê-la", lamenta. **(Clarissa Vasconcellos - JC)**

As fortes chuvas e os deslizamentos de terra ocorridos na Região Serrana do Rio de Janeiro em 2011 e em outros locais do Brasil ao longo dos últimos anos foram alguns dos temas discutidos no Workshop Internacional sobre Deslizamentos de Terra Causados por Chuvas Extremas, realizado no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe/UFRJ), de 13 a 15 de fevereiro. Os debates foram mais além das tragédias brasileiras, pois a ideia do certame (ministrado em inglês) era intercambiar experiências internacionais. Representantes do Brasil revezaram o espaço com especialistas de países como Itália, Noruega, Suíça, Coreia do Sul, Estados Unidos, Espanha e Venezuela.

O secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Carlos Nobre, foi um dos palestrantes. "Este workshop está discutindo temas-chave para o Brasil e a aplicabilidade dessas ações. O MCTI está muito interessado nos resultados do encontro", afirmou Nobre durante a abertura, onde também anunciou que pretende apresentar em março à presidente Dilma Rousseff um plano nacional no qual se pretende, entre outros objetivos, promover o treinamento de engenheiros, geólogos e geógrafos para lidar com os desastres.

Solos e mudanças climáticas - Segundo os palestrantes, as características geológicas dos terrenos influenciam no tipo de deslizamento e em suas consequências. Luciano Picarelli, da Segunda Università di Napoli, detalhou em sua apresentação como os tipos de solo e os diferentes graus de inclinação podem determinar a magnitude do deslizamento. Ele se centrou na região de Nápoles, que conta com solos piroclásticos (de origem vulcânica), também encontrados na América do Sul.

"O Brasil tem muitos solos lateríticos e saprolíticos, que é onde há mais escorregamentos. Vamos mostrar como isso funciona no nosso País, mas também veremos experiências de fora, como as enxurradas na Coreia do Sul, que se parecem às nossas. O mundo é um só", detalha Willy Lacerda. "É um problema global e queremos avançar não só na parte técnica compartilhada, mas também propor aspectos relacionados à gestão desse tipo de situação", completa Ehrlich.

Em sua palestra, Carlos Nobre relacionou os deslizamentos às mudanças climáticas. "Há diversas razões para que ocorram os deslizamentos ao redor do mundo e nem todas estão

Workshop internacional discute deslizamentos de terra

Representantes de institutos da Europa, América e Ásia se reuniram no Rio de Janeiro. Para trocar experiências internacionais sobre como lidar e prevenir os desastres naturais.

claras, mas é certo que o aumento desse fenômeno está ligado às mudanças climáticas", sentenciou. Nobre pontuou a "pegada" humana nas últimas mudanças no clima terrestre, que intensificou o rápido aumento das temperaturas e, consequentemente, influenciou na maior incidência das chuvas extremas. No entanto, o secretário conta que ainda é impossível atribuir a causa de um particular desastre (como o ocorrido em 2011 na Região Serrana fluminense) às mudanças climáticas intensificadas pelo aquecimento antropogênico do clima.

"Chuvas muito intensas já aconteceram no passado, antes mesmo das mudanças climáticas. O sinal delas não pode ser visto num evento extremo, mas sim quando a gente começa a perceber que um extremo raro passa a ocorrer constantemente. Pode ser também uma flutuação natural do clima", pondera. Ele relacionou o incremento de desastres ao aumento da população e da densidade populacional.

Nobre apresentou alguns dados referentes aos desastres naturais no Brasil: 58% deles são causados por inundações, 11% por deslizamentos e 14% por secas. Vendavais, epidemias e aumentos de temperatura também são causadores de tragédias, com 8%, 3% e 6%, respectivamente. O secretário do MCTI também destacou que os deslizamentos ocorrem mais no Nordeste e no Sudeste do Brasil, mas explicou que a realidade está mudando os padrões estabelecidos, já que no mapa apresentado não havia registros significativos de deslizamentos em Santa Catarina, por exemplo, que vem sofrendo com tragédias causadas pelas chuvas nos últimos três anos. As enchentes, por sua vez, estão presentes nas cinco regiões do País.

Prevenção e adaptação - Ao *Jornal da Ciência*, o secretário relata que uma das maiores provas do aquecimento do planeta é o fato de haver menos dias chuvosos e, no entanto, quando chove, é com intensidade. "Isso é uma previsão muito clara de um planeta mais quente, mas não significa que isso ocorra em cada metro quadrado do planeta. O que estamos vendo no Brasil é o aumento da flutuação do clima entre extremos, tanto extremos de chuvas intensas quanto de secas", explica, dando



como exemplo a estiagem no Sul do País.

No entanto, o secretário alerta para que a população não relaxe, achando que o incremento dos fenômenos extremos seja apenas uma consequência de mudanças naturais. "Isso seria irresponsável. A posição mais segura é apostar que pelo menos uma parte do aumento desses eventos é devido ao aquecimento global e eles vão continuar existindo. A prevenção e a adaptação de todas as atividades humanas a esse quadro são mandatórias."

À luz dessa advertência, Nobre destaca a importância dos sistemas de alertas (aliado a ações como recomposição da vegetação em áreas de risco e realocação de populações). "Esses sistemas existem em todos os países desenvolvidos e são eles que salvam as vidas", alega. E cita o Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), que começou a funcionar em novembro de 2011 e é comandado pelo MCTI.

Contudo, Nobre prefere não creditar totalmente ao trabalho do Cemaden o número menor de ocorrências trágicas de 2012 em comparação com as de 2011. "O que aconteceu em 2011 foi um ponto fora da curva. Em nossa análise, que ocorrerá em abril, vamos comparar os períodos de novembro a março dos últimos dez anos. Mas vamos tirar os números de 2011 para não 'contaminar' a média de vítimas", revela. "Não houve ainda no verão nenhum caso como o da Região Serrana. Antes desse episódio, com cerca de mil mortes, e do ocorrido no morro do Bumba, com 250 vítimas, em 2010, os números de mortes eram de 20 ou 30, que, somados, davam de 300 a 500 por ano. Essa é a comparação que vamos fazer", conclui. **(Clarissa Vasconcellos - Jornal da Ciência)**

Linhas de crédito do Fundo Clima

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, lançaram no dia 13 de fevereiro, no Rio de Janeiro, as linhas de crédito do Programa Fundo Clima. O objetivo do novo Fundo é apoiar projetos relacionados a ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e redução de emissões de gases do efeito estufa. "O Fundo Clima é um dos principais instrumentos da política brasileira de mudança do clima e até 2014 seus recursos poderão atingir até R\$ 1 bilhão", disse Izabella. Os recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) são provenientes da parcela de até 60% da Participação Especial do Petróleo, recebida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Os recursos estão divididos em duas modalidades: reembolsável, que será operada pelo BNDES, e não reembolsável, sob gestão direta do MMA.

Em 2011, o orçamento destinado às duas modalidades foi de R\$ 230 milhões. Do total, R\$ 30 milhões correspondem à parcela não reembolsável, que já entrou em vigor no ano passado, e R\$ 200 milhões para a modalidade reembolsável, que estará disponível a partir de agora, com o lançamento da linha de crédito.

Para 2012, o orçamento da parcela reembolsável é de R\$ 360 milhões. As novas taxas variam de acordo com os subprogramas, começando em 2,5% ao ano. Os prazos de financiamento, também variáveis em função da aplicação, chegam a 25 anos - prazo máximo para empreendimentos de transporte urbano sobre trilhos. **(Ascom do MMA)**

Relatório da Rede Clima

A Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima) publicou seu 2º Relatório de Atividades no site do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

O documento que reúne os objetivos e a organização da Rede apresenta os destaques científicos do seu último ano, descreve sucintamente as suas dez sub-redes temáticas de pesquisa, e apresenta três novas sub-redes: Oceanos, Serviços Ambientais dos Ecossistemas e Desastres Naturais. Para ler o documento, acesse: www.mcti.gov.br/upd_blob/0218/218769.pdf. **(Portal do MCTI)**

Unicamp: recorde de royalties

A Inova Unicamp, agência de inovação da Universidade Estadual de Campinas, divulgou os resultados relacionados à atuação da universidade em 2011 no âmbito da inovação. Os números apresentados – entre eles o recorde de R\$ 724 mil em royalties por licenciamentos de tecnologias desenvolvidas – colocam a Unicamp em um novo patamar de inserção no cenário nacional de inovação e empreendedorismo.

De acordo com a Unicamp, a instituição mantém o posicionamento de destaque no setor no ano de 2011, com 66 pedidos de patentes depositadas no INPI, próximo ao recorde histórico da Unicamp de 2005, com 67 pedidos de patentes no ano. O número corresponde a um aumento de 29,4% no total de pedidos em relação a 2010. De acordo com a diretora de propriedade intelectual e transferência de tecnologias da Inova Unicamp, Patricia Magalhães de Toledo, os resultados positivos em proteção e transferência de tecnologia refletem o trabalho de planejamento que incluiu diversas mudanças para facilitar a interação com os pesquisadores da Unicamp e empresas.

Entre as melhorias que influenciaram os resultados positivos está a disponibilização para os pesquisadores da Unicamp do novo Sistema de Comunicação de Invenção *on-line*, em abril de 2011. O sistema permite realizar toda a interação com o pesquisador em um sistema *web*, o que facilita o início do processo de pedido de patente na universidade. Roberto de Alencar Lotufo, diretor-executivo da Agência, considera o resultado em proteção muito importante. Por outro lado, o diretor reforça que a atuação da Unicamp no ambiente de inovação é mais ampla, e que o pedido de patente é apenas o início do processo para que a tecnologia se transforme em inovação. “O principal objetivo da proteção da pesquisa acadêmica por meio de patentes é o de aumentar as chances de que os resultados das pesquisas feitas na universidade gerem inovação, isto é, se convertam em produtos e serviços para o bem da sociedade”, disse. Neste sentido ele destaca dois indicadores como diferenciais: o de número de contratos de licenciamentos de tecnologia firmados com empresas e o de royalties recebidos em função destes licenciamentos. O primeiro passou de sete, em 2010, para 10 em 2011, e o segundo cresceu de R\$ 191 mil para R\$ 724 mil no mesmo período. (Agência Fapesp)

Inaugurado centro alemão que fomentará a inovação

As pequenas e médias empresas brasileiras passam a contar com um apoio importante para geração de inovação. Foi inaugurada nesta terça-feira (14) em São Paulo a unidade brasileira do Centro Alemão de Inovação e Ciência (DWIH na sigla em alemão). A unidade abrigará representações de 11 institutos de pesquisa e universidades daquele país interessadas em estabelecer programas de intercâmbio científico, acadêmico e de fomento à inovação com institutos brasileiros e também com empresas.

“Na prática, o novo centro servirá como catalisador de intercâmbio entre os dois países, não só entre instituições de pesquisa, mas principalmente entre pequenas e médias empresas. As grandes organizações já contam com estruturas próprias para fomento à inovação. A ideia é que com o centro as pequenas também participem desse processo, num relacionamento direto com a academia”, explica Weber Porto, presidente da Câmara Brasil-Alemanha (AHK, na sigla em alemão), entidade que apoia a implantação do DWIH no Brasil.

A inauguração do DWIH-São Paulo foi um dos compromissos da agenda do Ministro de Relações Exteriores da Alemanha, Guido Westerwelle, em sua visita de três dias ao Brasil. Westerwelle em seu discurso destacou que inovação tem se tornado tema crucial na agenda Brasil-Alemanha. E destaca o Centro Alemão como um passo relevante na discussão. “É cada vez mais importante a criação de redes de inovação, como a que existem no Centro Alemão de Inovação e Ciência, que conectam a academia, o mundo político e econômico”, disse.

O membro do governo ale-

mão também destacou os avanços na cooperação bilateral na área de ciência e tecnologia. Em especial a criação do programa Ciência sem Fronteiras, que prevê a concessão de 10 mil bolsas de estudos (10% do total) a acadêmicos brasileiros em universidades alemãs. Além disso, destacou também a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Industrial (Embrapii), que contará com o apoio do Instituto Fraunhofer, referência mundial em pesquisa tecnológica, para gerar inovação e prover suporte às pequenas empresas brasileiras.

“As grandes inovações do mundo foram geradas por pequenas organizações, que têm uma participação importantíssima na economia, em especial, na Alemanha”, afirmou. O país europeu é um dos poucos do mundo que conseguiu desenvolver um modelo de fomento à inovação que inclui empresas de pequeno porte. Este modelo gerou, por exemplo, algumas das tecnologias de segurança usadas nos estádios das Copas de 2010 e 2006 e também as tecnologias que tornam grandes cidades do mundo cada vez mais inteligentes e sustentáveis.

Iniciativa dos Ministérios das Relações Exteriores e de Educação, Ciência e Tecnologia da Alemanha, o Centro Alemão de Inovação e Ciência está presente também nas cidades de Moscou, Nova Déli, Tóquio e Nova York, com a mesma proposta de facilitar o intercâmbio acadêmico entre instituições alemãs e locais. A filial brasileira está localizada à rua Verbo Divino, 1488, zona sul da capital paulista. Para saber mais sobre o centro e conhecer as instituições representadas por ele acesse: <www.dwih.com.br>. (Comunicação da AHK-Brasil)

Anpei pede recursos regulares

Para que a inovação avance mais rapidamente do Brasil, é imprescindível que os recursos do governo federal para o financiamento das atividades inovadoras sejam disponibilizados de maneira contínua e, preferencialmente, em volumes crescentes. A reivindicação foi apresentada ao ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, pelo presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei), Carlos Calmanovici. “Para que a participação do governo federal tenha resultados efetivos no aumento dos índices de inovação do País, as empresas precisam ter certeza de que os programas de financiamento não serão reduzidos ou interrompidos”, alertou Calmanovici. O encontro entre o presidente da Anpei e o ministro da C,T&I ocorreu no dia 8 de fevereiro.

A Anpei reúne empresas cujos investimentos anuais em P&D representam 2/3 dos gastos empresariais nessas atividades no Brasil. “Para que seja, de fato, inovadora, uma empresa tem que se dedicar continuamente às atividades relacionadas à inovação, especialmente pesquisa e desenvolvimento [P&D]”, disse Calmanovici. “Para isso, a regularidade dos recursos federais é imprescindível, como ocorre também em outros países”, completou.

Os recursos federais investidos em P&D aumentaram entre os anos 2000 a 2010, passando de R\$ 8,2 bilhões para R\$ 14 bilhões, mas a Anpei teme que os cortes havidos no orçamento do MCTI em 2011, e a possibilidade de novos cortes em 2012, comprometam os investimentos em inovação. “Estamos preocupados também com o risco de a nova legislação sobre a partilha dos royalties do petróleo não contemplar as atividades de ciência e tecnologia”, afirmou o presidente da Anpei. Isso ocorrerá se o PLS 448, já aprovado no Senado, tiver o mesmo fim na Câmara e também for sancionado pela presidente Dilma Rousseff. “Será um golpe no sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação”, resumiu o vice-presidente da Anpei, Guilherme Lima. “Até 2020, serão subtraídos cerca de nove bilhões de reais das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no País, se não houver uma reversão do que foi aprovado no PLS 448.” O projeto Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em tramitação na Câmara Federal, também foi discutido no encontro. (Ascom da Anpei)

Institutos devem prestar informações sobre PI

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), atendendo ao disposto na Lei de Inovação (Lei 10.973/2004), disponibilizou o Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil (Formict) na página: <<http://www.mcti.gov.br/formict>>. As instituições científicas e tecnológicas (ICTs) deverão encaminhar, até 31 de março, as informações relativas ao exercício de 2011 sobre as suas políticas de propriedade intelectual, criações desenvolvidas, proteções requeridas e concedidas e contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia firmados. São considerados ICTs os órgãos ou entidades da administração pública que tenham por missão executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico. Embora não exista obrigatoriedade na lei para que instituições privadas apresentem informações, o cadastro voluntário por estas instituições integrará a base de dados do ministério e fará parte do relatório anual. (Ascom do MCTI)

Andifes realiza reunião do Conselho Pleno

A Andifes realizou dia 15 de fevereiro a 109ª reunião ordinária do Conselho Pleno. O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, participou da reunião e falou dos principais objetivos e desafios da educação.

O presidente da Andifes, reitor João Luiz Martins (UFOP), afirmou que a disposição da Andifes é de estabelecer relacionamento político de alto nível com o MEC, colaborando na construção de políticas públicas, oferecendo sugestões nas propostas do ministério e trabalhando em conjunto no parlamento e demais órgãos de governo.

João Luiz apresentou um documento ao ministro que estabelece um conjunto de fatores que contribuem com a consoli-

dação dos avanços no sistema público de ensino superior federal, e destacou a importância do diálogo do MEC com as categorias dos servidores das IFES. Vários reitores se manifestaram perante o ministro.

Respondendo a questões levantadas pela Andifes, o ministro Mercadante falou sobre o Enem, carreira docente e de técnicos administrativos, PL 2134, órgãos de controle, entre outros. O ministro informou que o País carece hoje de 170 mil professores na área de matemática, física e química e que é preciso mudar este cenário. "As universidades precisam contribuir para superar o déficit de professores", avaliou Mercadante. Ele pediu apoio da Andifes também na apro-

vação do Plano Nacional da Educação (PNE). Sobre o PL 2134 de 2011 que cria cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às Instituições Federais de Ensino o ministro disse que procura votar ainda este semestre. "É importante que a Andifes ajude na aprovação deste projeto. Devemos fazer contato com a Comissão de Constituição e Justiça e pedir que aprovem o PL", afirmou Mercadante.

Sobre a carreira docente, o ministro garantiu que o MEC assumiu o compromisso de apresentar uma proposta até o fim de março e convidou a Andifes a opinar na discussão. "Vocês têm que dizer o que querem da carrei-

ra. Os reitores têm muita experiência e vivência neste assunto!", disse o ministro. Em relação aos técnicos administrativos informou que serão chamados para discussão da pauta apresentada.

Mercadante também concordou com a proposta feita pela Andifes em construir um planejamento estratégico para definir qual o papel das universidades federais no País. Ele afirmou que é muito importante a participação na Associação nas políticas públicas do MEC e que a interlocução com os reitores é privilegiada. As comissões da Andifes propuseram suas diretrizes para o ano de 2012 e expuseram suas avaliações acerca dos temas de sua pertinência. (Ascom da Andifes)

Espírito Santo investe em programa digital

No início de fevereiro, o governo do Espírito Santo publicou um decreto que estabelece a inclusão de dutos para instalação de fibra óptica em todas as obras do governo estadual. A ação visa a criar condições para a implementação de uma rede que dê suporte ao Programa ES Digital, que tem o objetivo de trabalhar o combate ao crime e à redução da violência, por meio da inclusão digital, e também a interiorização do desenvolvimento, por meio do acesso à Internet banda larga.

O modelo adotado pelo Programa ES Digital, realizado em parceria com a Telebras, segue o determinado no Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), que estabelece parceria entre o governo e provedores, fortalecendo a economia no interior. Os primeiros municípios contemplados devem ser os atendidos pelo Estado Presente, programa do Governo que leva às comunidades menos favorecidas ações de cidadania e combate à violência. O ES Digital pretende, com a rede implementada, atender as necessidades da população, que poderá estudar e fazer pesquisas online. Os dutos para instalação de fibra óptica e a parte operacional do Programa ES Digital são coordenadas pelo Prodest, enquanto a gestão deste Programa está a cargo da Fapes. Até o final deste ano, 10 municípios deverão ser contemplados pelo ES Digital. A meta do governo é que até 2014 o programa tenha atendido a todos os municípios capixabas, que deverão ter ao menos um ponto de acesso. (Ascom da Fapes)

MA: Programa profissional chega a grupos étnicos

No Maranhão, as secretárias de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sectec), Olga Simão, e de Igualdade Racial (Seir), Claudett Ribeiro, firmaram parceria com o objetivo de capacitar comunidades quilombolas, indígenas e até ciganos concentrados em grande parte na região dos Cocais. O entendimento entre as duas pastas ocorreu durante reunião realizada no dia 13 de fevereiro.

Olga Simão lembrou a meta do governo de capacitar 400 mil pessoas, como parte das ações do Maranhão Profissional, programa que visa qualificar a mão de obra local, para que os maranhenses possam ocupar os novos postos de trabalho que surgirem no estado. De maio do ano passado até este mês, 96 mil maranhenses já fizeram ou estão passando por treinamento. "Os alunos já saem dos cursos cadastrados no Sistema Nacional de Emprego (Sine) e os grupos étnicos terão cada vez mais espaço dentro dos projetos de capacitação da secretaria," garantiu a secretária.

Claudett Ribeiro destacou que as ações entre as duas secretarias irão permitir que mais jovens tenham acesso à educação básica, desde reforço escolar a alfabetização, a cursos profissionalizantes, residentes nos mais distantes lugares.

O secretário adjunto de Ensino Superior, José Ribamar Torres, ressaltou que essa parceria levará capacitação aos jovens de diversos municípios, por meio da plataforma IP existente nos 11 polos dos Centros de Capacitação Tecnológica (Cetecmas) no estado. (Sectec-MA)

Pesquisadores da Unesc ganham prêmio nacional

Pesquisadores do curso de Engenharia Civil da Unesc, de Criciúma (SC), foram contemplados pela segunda vez com o prêmio Odebrecht - Contribuições da Engenharia para o Desenvolvimento Sustentável. O prêmio tem como objetivo reconhecer e incentivar os jovens universitários que se propõem a pensar a engenharia em uma perspectiva sustentável. Foram selecionadas cinco pesquisas, sendo que os outros quatro trabalhos são oriundos de universidades federais.

Nessa quarta edição a pesquisa de iniciação científica desenvolvida pelo egresso Pablo Cardoso Jacoby, sob orientação do professor Fernando Pelisser, conquistou o segundo lugar na premiação. Os dois foram premiados pelo trabalho "Utilização do Resíduo do Polimento de Porcelanato na Produção de Materiais Cimentícios". Em 2008 o aluno Tiago Arent Longo foi selecionado juntamente com o professor Pelisser.

Os trabalhos selecionados são publicados em um livro, além de propiciarem um bônus de R\$ 60 mil para os pesquisadores e laboratórios envolvidos na pesquisa. A cerimônia de premiação será realizada no Rio de Janeiro, no dia 13 de março. Jacoby estudou a utilização da lama, que é resíduo do processo de polimento do porcelanato, na fabricação de materiais de construção à base de cimento. Os resultados mostraram um aumento na resistência desses materiais. Saiba mais sobre o trabalho no site <www.premioodebrecht.com/brasil>. (Ascom da Fapes)

Pará mapeia demanda empresarial

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) do Pará divulgou o resultado de um mapeamento sobre as necessidades de conhecimentos e serviços tecnológicos em diferentes setores produtivos do estado. A pesquisa foi realizada no final de 2011 e ouviu 20 empresas da capital e do interior.

De acordo com a instituição, a ideia foi obter um retrato para a construção de bases sólidas para formulação de uma política de Tecnologia Industrial Básica (TIB) no Pará. Entre os setores analisados, vale citar os de alimentos, cosméticos, mineração, biotecnologia e energia. A pesquisa constatou que a maior procura é por serviços térmicos, acústicos e biológicos, com 40% de interesse. Serviços físico-químicos, mecânicos, químicos e elétricos respondem por 21%, 16%, 12% e 11%, respectivamente.

O estudo também apontou que 90% das empresas paraenses entrevistadas têm dificuldades em contratar esses serviços. Entre os principais motivos estão a inexistência, o alto custo e a falta de informação sobre como contratar as empresas certificadas.

"O número de empresas consultadas é apenas uma pequena amostragem. Iremos buscar mais dados com outros órgãos e realizar outros levantamentos", prometeu o secretário de CT&I do Pará, Alex Fiúza. O estudo foi divulgado no dia 26 de janeiro, durante o primeiro encontro do Fórum Empresarial. Neste ano, as reuniões do grupo serão bimensais. O próximo está marcado para 29 de março. (Secti-PA)

Breves

Foguete - A Agência Espacial Europeia (ESA) lançou este mês seu novo modelo de foguete. Batizado de Vega, ele foi desenhado para carregar, em uma ampla variedade de órbitas, pequenas e múltiplas cargas, com peso entre 300 quilos e 2,5 toneladas. De construção italiana, o Vega tem participação ainda da França, Bélgica, Espanha, Holanda, Suécia e Suíça. A Europa gastou no foguete – que, apesar dos 30 metros de comprimento, é o menor da Esa – cerca de US\$ 942 milhões (R\$ 1,61 bilhão).

Camaleão - Um dos menores camaleões do mundo foi descoberto por pesquisadores em uma ilha de calcário em Madagascar. O minúsculo *Brookesia micra* tem comprimento máximo de 29 milímetros. Cientistas alemães também descobriram três novas espécies no norte da ilha, tendo sido os animais encontrados à noite, durante a estação das chuvas de Madagascar. Os pesquisadores, que tiveram que vasculhar o chão com ajuda de lanternas, temem que os animais corram risco de extinção, caso haja alteração no seu habitat. A descoberta foi publicada pela revista científica *PLoS ONE*.

Folhas - Um grupo de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) ganhou o primeiro lugar do ImageCLEF 2011 na categoria “Identificação de plantas”, inaugurada em 2010 com apoio da Sociedade Francesa de Botânica. Os cientistas brasileiros venceram o desafio de desenvolver um sistema computacional capaz de reconhecer espécies de plantas da Europa a partir de um banco de dados de fotos das folhas. Coordenada pelo professor Odemir Martinez Bruno, do Instituto de Física de São Carlos (IFSC) da USP, a pesquisa foi fruto do projeto “Métodos de visão computacional aplicados à identificação e análise de plantas”, apoiado pela Fapesp.

Biopirataria - O Panamá será o primeiro beneficiário do Fundo de Implementação do Protocolo de Nagoya contra a biopirataria, a partir de um projeto de exploração de recursos naturais para uso nas indústrias farmacêuticas e agroquímicas. O país receberá US\$ 1 milhão para executar o trabalho durante três anos no Parque Nacional Coiba, uma das reservas naturais mais importantes da nação. Os pesquisadores coletarão amostras de plantas, fungos e algas simbióticas que vivem nos corais, assim como bactérias de água doce e salgada.

Raios - A região Sudeste apresentou uma queda no número de mortes por raios nos últimos doze anos, segundo o balanço do Grupo de Eletricidade Atmosférica (ELAT) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A diminuição de vítimas se deu mesmo enquanto a incidência de raios não mostrou uma tendência de decréscimo, o que demonstra a importância da divulgação de informações sobre proteção contra raios, que no Sudeste, em particular, foram intensos nos últimos anos. A região Norte apresentou o maior índice de vítimas fatais, com 25% do total, seguida pela região Centro-Oeste, com 22%. Já a região Sul apresentou o menor índice, com 13%. As regiões Nordeste e Sudeste ficaram cada uma com 20% do total de mortes.

VAI ACONTECER

Tome Ciência - De 18 a 24/2 - Computando os grandes desafios. De 25/2 a 2/3 - Fumo é droga e álcool é crime? Na RTV Unicamp, da Universidade Estadual de Campinas (canal 10 da Net Campinas), às 15h dos sábados, 21h dos domingos, às 15h das terças e às 24h das quintas-feiras. Na TV Alerj, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, às 20h dos domingos, com reprises às 20h30 das quintas, por satélite e pelos sistemas a cabo das seguintes cidades do estado: Angra dos Reis (14), Barra Mansa (96), Cabo Frio (96), Campos dos Goytacazes (15), Itaperuna (61), Macaé (15), Niterói (12), Nova Friburgo (97), Petrópolis (95), Resende (96), Rio de Janeiro (12), São Gonçalo (12), Teresópolis (39), Três Rios (96) e Volta Redonda (13). Na TV Ales, da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (canal 12 da Net), às 12h30 das quintas-feiras, com reprises durante a programação. Na TV Assembleia, da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (em Campo Grande pelo canal 9, em Dourados pelo canal 11, em Naviraí pelo canal 44, às 20h dos sábados, com reprises durante a programação. Na TV Assembleia do Piauí, às 12h dos sábados e às 20h dos domingos, pelo canal aberto (16) em UHF, em Teresina, e nas reprodutoras de 22 municípios do Piauí e um do Maranhão. Na TV Câmara Angra dos Reis, da Câmara Municipal de Angra dos Reis (canal 14 da Net e internet), às 19h das quartas-feiras, com reprises durante a programação. Na TV Câmara, da Câmara Municipal de Bagé (canal 16 da Net) durante a programação e no horário fixo das 20h das quintas-feiras. Na TV Câmara Caxias do Sul, da Câmara Municipal de Caxias do Sul/RS (canal 16 da Net), às 12h dos sábados, com reprises às 12h dos domingos, 16h das segundas, 16h das terças, 16h das quartas, 16h das quintas e 20h15 das sextas-feiras. Na TV Câmara de Lavras, transmitida pelo canal 15 da Mastercabo, às 18h dos sábados e domingos. Na TV Câmara Pouso Alegre, da Câmara Municipal de Pouso Alegre/MG, transmitida em sinal aberto de TV Digital (59) e pelo canal 21 da Mastercabo, sempre às 18h30 das sextas, com reprises durante a programação. Na TV Câmara de São Paulo, da Câmara Municipal de São Paulo (canal 13 da NET, 66 e 07 da TVA), às 13h dos domingos e 15h das segundas, com reprises durante a programação. Na TVE Alfenas, afiliada da Rede Minas, em canal aberto (2) e no cabo (8) em Alfenas e por UHF aberto nas cidades de Areado (54) Campos Gerais (23) e Machado (31), sempre às quintas, a partir das 17h. Na TV Feevale, da Universidade Feevale de Novo Hamburgo/RS (canal 15 da Net), às 9h das terças e quintas-feiras, com reprises durante a programação. Na TV Ufam, da Universidade Federal do Amazonas (canal 7 e 27 da Net), com estreia semanal às 16h dos sábados e reprises durante a programação. Na TV UFG, da Universidade Federal de Goiás, transmitida em canal aberto (14), aos sábados, às 15h. Na TV UFPR, da Universidade Federal do Paraná, pelos canais 15 da Net e 71 da TVA, às 17h dos sábados. Na TV Unifev, do Centro Universitário de Votuporanga/SP, transmitida em canal aberto (55) UHF para mais 25 municípios da região, nos fins de semana, com estreias aos sábados, às 18h, e reprises às 12h dos domingos. Na TV Unifor, da Universidade de Fortaleza, transmitida pelo canal 4 da Net, nos dias ímpares dos meses ímpares e dias pares dos meses pares, sempre nos horários de 10h30, 15h30 e 22h30. Na TV Univap, da Universidade do Vale do Paraíba, com duas exibições diárias em horários rotativos, sempre nos canais a cabo, 14 das cidades de São José dos Campos, Jacareí e Taubaté. UNOWEBTV, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó(SC), transmitida pelo canal 15 da Net local, com estreia às 21h dos sábados e representações às terças e quintas-feiras às 21h. Os programas também podem ser assistidos na página: <www.tomeciencia.com.br>.

Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica - Dias 27 e 28/2, na Universidade Federal de Santa Catarina. <www.oceanoeventos.com.br/psicossociologia>

1ª Jornada de Direito Desportivo - De 5 a 9/3, em São Paulo. <www.desportolegal.com.br>

Encontro de Divulgação de Ciência e Cultura - De 6 a 8/3, na Universidade Estadual de Campinas. <<http://edicc1.wordpress.com/>>

Simpósio Experiência Cultural e Patrimônio Universitário - De 7 a 9/3, na Universidade de São Paulo. <<http://www.usp.br/cpc>>

10ª Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace) - De 13 a 15/3, em São Paulo. <www.febrace.org.br>

4º Simpósio Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos - De 2 a 4/4, na Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. <www.filologia.org.br/iv_sinefil>

8º Simpósio Brasileiro de Farmacognosia - De 18 a 22/4, em Ilhéus (BA). <www.sigaeventos.com.br/VIII_SBFNGNOSIA>

Congresso Brasileiro sobre Desastres Naturais - De 14 a 17/5, no Campus da Unesp de Rio Claro (SP). <www.wix.com/posgeo/evento-sobre-desastres-naturais>

10º Congresso Internacional de Biologia Celular e 16º Congresso Brasileiro de Biologia Celular - De 25 a 28/7, no Rio de Janeiro. <www.sbbc.org.br/iccb>

4º Encontro Internacional de História Colonial - De 3 a 6/9, na Universidade Federal do Pará, em Belém. <www.ufpa.br/cma/eihc_belem>

Oportunidades

Programa Scholar-in-Residence (SIR) - Inscrições até 9/4. Vagas para professor visitante nos Estados Unidos. <<http://fulbright.org.br/>>

Livros & Revistas

As Tensões do Lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. No contexto atual, marcado por debates públicos sobre as mudanças climáticas e as crises ambientais e energéticas, esta coletânea de Andréa Zhouiri apresenta reflexões sobre a implantação de projetos hidrelétricos no País, especialmente na Amazônia e em Minas Gerais, regiões ricas em mananciais hídricos. <www.editoraufmg.com.br>

Dicionário das Ideias Feitas em Educação. Organizado pelos professores Sandra Mara Corazza e Julio Groppa Aquino, o livro faz uma crítica bem-humorada ao pensamento comum sobre a educação. Inspirado no 'Dictionnaire des idées reçues', de Gustave Flaubert, os organizadores usam essa obra como uma forma de crítica jocosa, para apresentar definições que mais parecem desconhecimentos dos significados originais das palavras, brincando com seus conceitos. <www.autenticaeditora.com.br>

Evapotranspiration - Remote sensing and modeling. Editado pelo professor Ayse Irmak, da Universidade de Nebraska (EUA), o livro ensina um novo método para medir evapotranspiração (passagem da água da superfície terrestre para a atmosfera) no Norte Fluminense, a partir de um estudo realizado por cientistas da Unif, entre outras experiências. Conhecer as taxas da evapotranspiração é fundamental para o uso racional da água na agricultura e nos estudos de diferentes ecossistemas. A obra, que reúne 23 capítulos relacionados à modelagem e simulação da evapotranspiração a partir do uso de sensoramento remoto, pode ser baixada na internet, em formato PDF. <<http://www.intechopen.com/books/show/title/evapotranspiration-remote-sensing-and-modeling>>

A Lógica da Ação Coletiva: Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. Partindo do princípio de que os indivíduos de um grupo não agirão em prol de um objetivo comum, a menos que haja coerção, Mancur Olson defende a ideia de que as ações coletivas não seguem a mesma lógica que rege as ações individuais. Estudando grupos e organizações, o autor desenvolveu uma explicação teórica para certos aspectos do seu comportamento, examinando as consequências de sua aplicação em organizações de diferentes dimensões. <www.edusp.com.br>

Esquina da Ciência traz pesquisa e inovação

Parceria entre o CNPq e a embaixada dos Estados Unidos criou um espaço para promover o intercâmbio e a cooperação.

No fim de 2011, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Embaixada dos Estados Unidos inauguraram em Brasília o espaço Esquina da Ciência. O local, instalado na sede do CNPq, é aberto ao público e oferece acesso a livros científicos, revistas, DVDs, bases de dados *online* e *softwares*. A ideia do espaço é fortalecer a cooperação entre Brasil e EUA na área de ciência e tecnologia, dando suporte de informações a estudantes, cientistas e pesquisadores.

"O projeto da Esquina da Ciência foi desenvolvido para concentrar questões de interesse mútuo para o Brasil e os Estados Unidos, apoiando o avanço da cooperação científica e tecnológica", explica a diretora-geral de Recursos de Informações da Embaixada dos Estados Unidos, Carol Brey-Casiano.

"Imaginamos que a Esquina da Ciência pode ser um lugar para uma grande troca de ideias entre pesquisadores e cientistas, entre cientistas e estudantes e entre os *experts* e o público em geral", pontua Karla Veras, Diretora do Centro de Recursos de Informações da embaixada americana.

Parceria equitativa – Karla e Carol lembram que a Esquina da Ciência já existe em outros países da América (Chile, Costa Rica, Bolívia, Equador, El Salvador, Uruguai, e Trinidad e Tobago). "Cada Esquina é única em seu país e cada um a desenvolve de acordo com os interesses da sua comunidade científica", detalham.

Roberto Muniz, analista de C&T e chefe do serviço de documentação e arquivo do CNPq, conta que a aproximação partiu dos americanos. "Hoje, a cooperação entre Brasil e EUA está mais equilibrada. Antigamente, a gente ia buscar conhecimento e informação; era uma coisa muito daqui pra lá e isso já mudou. A ciência brasileira cresceu muito, internacionalmente", conta. Ele acrescenta que os americanos estão interessados no conhecimento brasileiro em áreas como a prospecção de petróleo em águas profundas, a questão das energias renováveis, bioenergia, biocombustíveis e mudanças climáticas. "Hoje podemos falar para o mundo que nosso conhecimento é inovador e diferenciado. A parceria se dá de maneira mais equitativa", afirma.

Muniz explica que a Esquina ocupa atualmente o espaço que estava previsto para o Centro de Memória do CNPq. "Não é um espaço muito grande, mas tem



condições para atender o público. Tem quatro estações de trabalho para consultas a dados por computador e estará disponível um acervo bibliográfico e de vídeo. É como uma exposição interativa", detalha.

Carol e Karla relatam que o conceito do projeto é relativamente novo e que em todos os países onde existe a Esquina da Ciência estão presentes os temas sustentabilidade, energia renovável, tecnologia e inovação, com o mesmo objetivo de trocar experiências. "Temos muitas ideias para programas no futuro, que incluem programas de filmes com discussão, *webinars* [seminários *online*] entre cientistas e pesquisadores nos EUA e no Brasil e, possivelmente, um Clube da Ciência para jovens", adiantam.

Mais equipamentos – O projeto "ainda está muito no início", segundo Muniz, que conta que o contrato entre o CNPq e a embaixada americana é de um ano e que pode ser prorrogado. "Na inauguração percebemos um grande interesse de quem estava presente, de pesquisadores e de outras entidades. Mas efetivamente a divulgação para um público mais amplo ainda vai ser feita à medida que estabelecermos o cronograma. Devemos fazer uma segunda atividade com espaço aberto ao público no fim de março. E no início de abril esperamos estar a todo vapor", detalha. Carol e Karla completam que até abril o espaço vai receber mais recursos e equipamentos.

Muniz conta que a intenção da embaixada era que o projeto fosse voltado para alunos do ensino médio e público em geral, mas que a barreira da língua dificultava um pouco. "Então teremos que criar também atividades mais voltadas a pesquisadores, ao público universitário e algumas para o grande público. Quando for possível, contaremos com tradução simultânea ou legendas em português. Mas algumas atividades vão requerer o conhecimento da língua inglesa", detalha. **(Clarissa Vasconcellos – Jornal da Ciência)**

JORNAL da CIÊNCIA

PUBLICAÇÃO DA SBPC • 17 DE FEVEREIRO DE 2012 • ANO XXV Nº 707

Museu da Vida ganha prêmio mundial de *design*

O Museu da Vida da Fiocruz foi agraciado com dois prêmios na edição de 2012 do Interaction Awards, um dos maiores concursos internacionais de *design*, pela tabela periódica interativa produzida para a exposição "Elementar – a química que faz o mundo". Os vencedores foram anunciados no dia 3 de fevereiro em Dublin (Irlanda) durante a quinta Conferência Internacional da Interaction Design Association (IXDA), rede global que conta com mais de 25 mil associados. Com 394 votos recebidos pela internet, o Museu foi o mais lembrado pelo júri popular. Faturou ainda o prêmio na categoria "Engajamento", concedido pelo júri oficial da competição. Em 2012, foram mais de 300 projetos inscritos na disputa, vindos de 33 países.

Na tabela periódica premiada, cada um dos 118 elementos químicos conhecidos é representado por um cubo feito de material leve e facilmente manuseável, com fotos e informações relacionadas a suas características. A tabela foi construída a partir de dispositivos antigos que foram destinados ao lixo: uma *webcam* velha, uma antiga TV de tubo e um computador. A mostra "Elementar – a química que faz o mundo", ficou em cartaz de abril a setembro de 2011, no *campus* da Fiocruz, e de outubro a novembro na Universidade Federal de Roraima, em Boa Vista. **(Ascom da Fiocruz)**

Inscrições abertas para Olimpíada de Matemática 2012

Estão abertas as inscrições para a 8ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep 2012). O evento é destinado a alunos do ensino médio e do 6º ao 9º ano do ensino fundamental que estejam matriculados em escolas públicas municipais, estaduais ou federais. As escolas devem fazer a inscrição dos seus alunos pelo *site* da competição <www.obmep.org.br>. As inscrições se encerram no dia 30 de março.

O objetivo da Olimpíada é estimular o gosto pela matemática por meio de problemas que despertem interesse no aluno e no professor. Na primeira fase, em 5 de junho, os alunos serão testados com 20 questões de múltipla escolha, aplicadas na própria escola. As correções são feitas pelos professores com base nas instruções e gabaritos elaborados pela Obmep. A segunda fase, que envolve de seis a oito questões discursivas em locais indicados pela organização, será no dia 15 de setembro. O resultado será divulgado em 30 de novembro.

No ano passado mais de 40 mil escolas aderiram à competição, somando mais de 18 milhões de alunos inscritos. Os vencedores já foram anunciados. As listas dos 3.200 alunos medalhistas, 131 professores, 117 escolas e 60 secretarias de educação está disponível no *site* da OBMEP. **(Ascom da OBMEP)**

Definido tema da Semana Nacional de C&T 2012

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2012 ocorrerá entre 15 e 21 de outubro. O tema principal será: "Economia verde, sustentabilidade e erradicação da pobreza".

Na SNCT 2012 serão promovidas e estimuladas em todo o País atividades de difusão e de apropriação social de conhecimentos científicos e tecnológicos relacionados com este tema. Serão debatidas as estratégias e mudanças necessárias para uma economia verde que, em conexão com um desenvolvimento sustentável, contribua para a erradicação de pobreza e a diminuição das desigualdades sociais no País.

O lema da SNCT 2012 foi escolhido em função de ser este

o tema da Conferência Rio+20, evento de enorme importância e organizado pela ONU, que ocorrerá no Brasil, em junho de 2012, com participação de quase todos os países do mundo.

Um objetivo da SNCT 2012 será discutir em escolas, universidades, comunidades e locais públicos os diversos aspectos envolvidos no estabelecimento de uma economia verde, bem como os desafios da sustentabilidade nas suas dimensões ambiental, econômica e social. As pesquisas científicas e tecnológicas e os intercâmbios são fatores essenciais para enfrentar desafios, tendo em vista a necessidade de estruturas socioeconômicas renovadas. **(Ascom do MCTI)**